

## PROJETO DE LEI Nº , D

, DE 2017

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Dispõe sobre o reembolso do valor total de bilhetes de passagem aérea pelos prestadores de serviços de transporte aéreo em caso de cancelamento pelo passageiro por motivo de hospitalização.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o reembolso de bilhetes de passagem aérea pelos prestadores de serviços de transporte aéreo em caso de cancelamento pelo passageiro por motivo de hospitalização.

Art. 2º Os prestadores de serviços de transporte aéreo de passageiros deverão promover o reembolso total do valor dos bilhetes de passagem aérea em caso de cancelamento pelo passageiro por motivo de hospitalização, sem a aplicação de multas contratuais ou de custos adicionais.

Parágrafo único. O passageiro ou a pessoa responsável por ele deverá solicitar o cancelamento do bilhete até vinte e quatro horas antes do horário previsto para o voo.

Art. 3º A regulamentação do procedimento para reembolso previsto no *caput* deverá ser realizada pela agência reguladora responsável no prazo máximo de trinta dias após a entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º O descumprimento desta Lei sujeita os prestadores de serviços de transporte aéreo de passageiros às sanções previstas na Lei n.º



8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto tem por finalidade obrigar as companhias aéreas a devolverem integralmente os valores pagos pelas passagens no caso em que o passageiro esteja impedido de viajar por motivo de hospitalização. A iniciativa visa, portanto, possibilitar ao usuário de serviços de transporte aéreo o reembolso do valor total do bilhete quando este não puder usufruir do serviço contratado por ter sido acometido de enfermidade que o impede de viajar.

Atualmente, de acordo com o a Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, o passageiro pode desistir da passagem aérea, sem qualquer ônus, no prazo de vinte e quatro horas após a compra do bilhete. No entanto, não há previsão legal para a hipótese de devolução do total do valor pago quando o passageiro se encontra impossibilitado de viajar por motivo de risco à saúde, de maneira que a referida devolução fica a critério de cada companhia aérea.

Na eventualidade considerada, a situação que torna inviável a viagem não poderia ser prevista pelo passageiro, motivo pelo qual entendemos ser razoável o reembolso do valor pago pelo bilhete. Por outro lado, a proposição por nós apresentada também dispõe que a solicitação deve ser feita em até vinte e quatro horas antes do horário previsto para o voo, período aceitável para que a companhia aérea possa revender a passagem, disponibilizando-a novamente para outros consumidores.



Por fim, por se tratar de tema induvidosamente conexo à defesa do consumidor, remetemos as punições, em caso de descumprimento, à sistemática já prevista na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Com tal medida, consideramos que estamos contribuindo para a melhoria da legislação sobre o tema. Por isso, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e para o aperfeiçoamento desta proposição.

Sala das Sessões, em de outubro de 2017.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

2017-15647